

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.769 - SP (2018/0321736-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : SIDNEY DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : RAFAEL NUNES NETO
AGRAVANTE : MAURICIO ALVES TEGANI
AGRAVANTE : HELENICE ALTAFINI
AGRAVANTE : ADEMIR DINIZ FONSECA
AGRAVANTE : JOSE ROBERTO RIGAMONTE
AGRAVANTE : MARCOS ROGERIO DE MELO
AGRAVANTE : PAULO GALDINO
AGRAVANTE : LAZARO PEREIRA
AGRAVANTE : JOSE DE ALMEIDA NORONHA
AGRAVANTE : JOSE VOMERO ROMERO
AGRAVANTE : OSWALDO FERREIRA
AGRAVANTE : DARCI ALVES VILELA
AGRAVANTE : RUBENS CRISAFULLI
AGRAVANTE : FELIPPE BRAGA
AGRAVANTE : GILBERTO OLIVEIRA DE FARIAS
AGRAVANTE : ORLANDO ROCHA NOGUEIRA JUNIOR
AGRAVANTE : ORIPIS DIVINO
AGRAVANTE : PEDRO ANTONIO DA CRUZ
AGRAVANTE : GUARACI PIO ALVES GOUVEA
ADVOGADOS : RAFAEL JONATAN MARCATTO - SP141237
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569
GISLENE DE MEDEIROS SOUZA - SP371340
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JULIANA LEME SOUZA GONÇALVES - SP253327

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO. DIFERENÇAS SALARIAIS. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fl. 359):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO - Servidores públicos - Policiais Militares - Pretensão ao recálculo dos vencimentos com a conversão da URV (LF 8.880/94) - Acórdão que dá provimento ao recurso para julgar improcedente

a ação - Recursos Extraordinário e Especial interpostos sobrestados - Retorno dos autos nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC/73 (comando correspondente ao disposto no inc. II do art. 1.040, do CPC/15), para eventual adequação ou manutenção do acórdão, tendo em vista o julgamento do REsp nº 1.101.726/SP - Implementação pela Administração de regras para cumprimento à LF 8.880/94 que foram mais benéficas aos servidores - Advento de lei local (LCE 823/96), que instituiu novos padrões de vencimento, expressos em reais, para o quadro da segurança pública - Limitação temporal do direito à incorporação - Direito que não pode permanecer "ad eternum" - Precedentes do STF, do STJ e desta Corte - Acórdão mantido.

Os recorrentes, nas razões do recurso especial, sustentam que ocorreu violação dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015 e da Lei 8.880/1994. Aduzem, em suma, que o acórdão recorrido não observa a jurisprudência do STJ, derivada de processo julgado pelo rito dos repetitivos, em especial no que tange às consequências geradas pela concessão de reajustes posteriores à edição da Lei 8.880/1994.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 432-468).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 525-537).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou a ausência de prejuízo suportado pelos recorrentes com a guerreada conversão (e-STJ fls. 360-362):

Conforme demonstram os documentos acostados a partir de fls.177, decorrentes de estudos feitos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pela sua Diretoria Técnica de Divisão, o Estado de São Paulo converteu os vencimentos de seus servidores para a URV, e ainda concedeu inúmeros reajustes que já estavam previstos na política salarial para manter a irredutibilidade de vencimentos.

Portanto, segundo os estudos realizados pela Secretaria da Fazenda, a Administração procedeu ao repasse dos índices de correção no período reclamado, tendo em vista a evolução dos vencimentos dos servidores estaduais naquele período.

Poder-se-ia argumentar que o que pretende o Estado é o reconhecimento da compensação pelos reajustes que realizou, alguns inclusive em valores maiores se comparados com os devidos pela conversão preconizada.

Todavia, os reajustes havidos são contemporâneos ao advento da nova ordem econômica e, portanto, não se trata de compensação.

Além disso, embora não se possa compensar, eventual diferença cessa quando fixado novo padrão de vencimentos em reais para os servidores.

Isso porque eventuais diferenças a serem pagas foram atingidas pela prescrição quinquenal das relações de trato sucessivo (Súmula 85 do STJ). E tal ocorreu em razão da reestruturação das carreiras da Secretaria da Segurança Pública, que alcança os Policiais Cíveis e Militares, realizada pela Lei Complementar Estadual nº 823/96, que instituiu novos padrões de vencimento, expressos em reais, para o quadro da segurança pública,

incluídos os pensionistas da Caixa Beneficente da Polícia Militar (art. 2º), revogando as leis que antes organizavam as carreiras:

Artigo 1.º - *Os valores dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Civil e dos integrantes da Polícia Militar, de que trata o artigo 2.º da Lei Complementar n.º 731, de 26 de outubro de 1993, ficam fixados, em decorrência de reclassificação, na conformidade dos Anexos I e II desta lei complementar.*

Artigo 2.º - *O disposto no artigo 1.º desta lei complementar aplica-se aos inativos e aos pensionistas da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, assim como aos policiais civis inativos e seus pensionistas que percebem pensão pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - Ipesp. Dessa maneira, a partir de 1º de fevereiro de 1998 (cf. art. 54 da lei complementar estadual 836/1997), eventual relação de trato sucessivo entre servidor e Estado relativa a perdas decorrentes de falhas na conversão em URV de seus vencimentos deixaria de ser renovada.*

[...]

Artigo 5.º - *Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1996.*

[...]

Portanto, a partir da vigência da referida lei, eventual relação de trato sucessivo entre servidores ativos ou inativos, como no caso, relativa a perdas decorrentes de eventuais falhas na conversão em URV de seus proventos, deixaria de ser renovada. A lei é de 1996 e a ação foi distribuída em 10/2007.

Não há direito à percepção "*ad aeternum*" de parcela de remuneração por servidor público.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, para reconhecer a existência de efetivo prejuízo aos recorrentes, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 desta Corte, assim enunciada: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284 DO STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPERIOR TRIBUNAL. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. As razões recursais devem fazer a demonstração explicativa dos pontos nos quais os fundamentos do julgado (supostamente) atentam contra a norma positiva, sob pena de não conhecimento do recurso, com base na Súmula 284 do STF, aplicada por analogia: ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). 2. Se os elementos constantes dos autos são suficientes à formação da sua convicção, é lícito ao juiz conhecer diretamente do pedido, proferindo julgamento antecipado da lide, sem que

isso implique cerceamento de defesa.

3. Se o Tribunal de origem concluiu pela desnecessidade de realização de outras provas e pela ausência de cerceamento de defesa, a (eventual) reforma do julgado demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável no âmbito do recurso especial (STJ, Súmula 7/STJ).

4. O tribunal de origem decidiu em harmonia com a orientação predominante desta Corte, incidindo ao caso a Súmula nº 83 do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida").

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 477.747/SP, Rel. Ministro Olindo Menezes - Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Primeira Turma, DJe 4/2/2016)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS EM URV PELA LEI N. 8.880/94. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever a conclusão do Tribunal de origem no sentido de que não houve prejuízo na conversão dos vencimentos em URV incide no óbice da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 944.370/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 30/09/2016)

Ademais, "quanto à interposição pela alínea c, a jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem" (AgInt no REsp 1.509.414/RJ, 2ª.T., Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 16/03/2017).

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator